



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12216 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

FNPE E CONAPE: DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E RESISTÊNCIA AO DESMONTE DO ESTADO E À AUSTERIDADE

Lucia Aparecida Valadares Sartório - UNIVERISDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

FNPE E CONAPE: DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E RESISTÊNCIA AO DESMONTE DO ESTADO E À AUSTERIDADE

A crise econômica mundial instaurada em 2008 despontou como manifestação de uma crise estrutural do capital em seu alcance global e ameaçador, passando a ter caráter permanente (MÉSZÁROS, 2002). Naquele contexto, ganharam força setores burgueses ávidos por manter altas taxas de acumulação e segmentos políticos empenhados no acirramento do ajuste fiscal e da concentração de renda.

No Brasil, a realização de tais propósitos se deu por meio do golpe parlamentar, com a destituição do Governo Dilma Rousseff e posse de Michel Temer à Presidência da República. Dentre as primeiras medidas tomadas pelo governo ilegítimo estão a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que impôs congelamento do teto dos gastos por um período de vinte anos atingindo diretamente o ensino público e outras políticas sociais.

Busca-se, desse modo, compreender o conjunto de acontecimentos à luz da concepção de *pesquisa genética*, de Georg Lukács, direcionada à apreensão das diversas conexões e contradições sociais. Sob essa premissa, analisa-se o período decorrido entre os anos de 2016 e 2022, com destaque ao desmonte das políticas públicas, às lutas de resistências e as mobilizações sociais para barrar a retirada de direitos.

O desmonte das políticas públicas educacionais foi iniciado pelo dismantelamento dos conselhos e representações da sociedade civil. O então ministro de estado da educação, Mendonça Filho, revogou a Portaria nº 1.407/2010, que criara o Fórum Nacional de

Educação e alterou o conteúdo do documento da Conferência Nacional de Educação, com a supressão de

(...) treze itens do Documento – dentre eles, os 10% por centos do PIB para a Educação, o Custo Aluno-Qualidade e o Custo Aluno-Qualidade Inicial, o Sistema Nacional de Educação, a igualdade de gênero, a gestão democrática e a garantia do ensino superior como direito à educação (Marinho, Menezes, 2020, p. 02).

O Governo Temer aprovou a Reforma do Ensino Médio sob a Lei 13.415/17, medida que suprimiu todas as discussões realizadas no âmbito da sociedade civil, alterou a LDB nº 9.394/96, com a interrupção da formação científica, cultural e humanística para instituição de uma formação superficial e fragmentada, o que fez por aprofundar a desigualdade social. Oliveira e Sússeking afirmam que governo Temer desfigurou o ensino público com a abertura à participação da iniciativa privada e criou mecanismos de controle do trabalho docente,

abrindo caminho à modelização da educação em todos os níveis, favorecendo a privatização dos sistemas públicos e a divisão hierárquica entre administradores e executores da educação, desvalorizando e buscando controlar e enquadrar o trabalho docente, como já vem acontecendo nas redes municipal e estadual no Rio de Janeiro (2019, p. 8).

As autoras advertem, ainda, que professores foram alvo do movimento pela desideologização do currículo realizado pelo movimento Escola sem Partido, cujo objetivo foi o combate ao direito e à liberdade de ensinar e aprender para imposição de um pensamento único.

Frente a essa situação, educadores de todo país em suas respectivas associações avaliaram o contexto de acentuado controle social e o projeto privatista em curso, tomaram a posição equânime de instituir o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE). A instituição do FNPE e a realização da Conferência Nacional Popular de Educação fez valer o princípio elementar da educação e reafirmou o seu caráter popular e independente, manifestando capacidade de resistência ao caos instalado no Brasil com os ataques à democracia e ao ensino público, buscando resguardar direitos sociais, denunciar e mover ações de resistência contrárias ao desmonte da educação.

Após amplo debate junto às bases e eleição de delegados, em 2018 ocorreu a primeira Conferência Nacional Popular de Educação, organizada pelo FNPE, no município de Belo Horizonte-MG, com a clareza de que,

Neste contexto, é urgente reafirmar a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, conforme estabelecido no Art. 205 da Constituição Federal de 1988, bem como espaço de luta, resistência e proposição popular tendo o direito à educação, como epicentro das políticas de Estado para a educação (Documento Base Plano de lutas, Conape, 2018, p. 2).

O documento teceu delineamento ao plano de lutas em âmbito nacional e norteamento às organizações dos fóruns estaduais e municipais, visando assegurar a continuidade dos debates sobre a educação pública.

Em 2022 foi concretizada a II Conferência Nacional Popular de Educação no município de Natal-RN, contando com a participação de delegados eleitos de todo país junto às suas bases sindicais e estudantis, associações de ensino e pesquisas, com a compreensão de que

Vivemos sob o aprofundamento da crise institucional e da restrição a direitos e conquistas, cuja materialidade maior, até aqui, decorrente do impeachment, é a promulgação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir um Novo Regime Fiscal. A EC 95 e vários outros ataques ao Estado Democrático de Direito e à Constituição Federal, intensificados sob o Governo neoliberal e ultraconservador de Bolsonaro, fortemente combatidos pelos setores e segmentos educacionais, representam enormes obstáculos à garantia do direito à educação e se contrapõem às múltiplas vozes representadas nas conferências nacionais de educação (Documento Final, Conape, 2018, p. 7).

Além de denunciar a grave crise instalada no país derivada do impeachment e da imposição da austeridade fiscal com a promulgação da EC nº 95/2016, o documento afirma que o Decreto Executivo de 26 de abril de 2017 e pela Portaria nº 577/2017 aplicou diversas medidas, como a alteração de sua composição, que feriram a autonomia do Fórum Nacional de Educação.

Entre os anos de 2018 e 2022, as entidades representativas nos Fóruns Estaduais de Educação, em conexão com o FNPE, estabeleceram como meta a concentração de forças e a convergência de todos os campos progressistas, a crítica à flexibilização do currículo imposta para o Ensino Médio, às políticas de formação inicial de professores e de gestão escolar.

De modo particular, o Fórum Estadual de Educação do Rio de Janeiro (FEE-RJ) mobilizou esforços para a realização do III Congresso Estadual de Educação (III COED), criou dois grupos de trabalho, um voltado para o estudo e acompanhamento das políticas públicas educacionais e o outro direcionado ao levantamento e catalogação dos municípios que efetivaram seus planos municipais de educação e instituíram os Fóruns Municipais de Educação.

O Fórum Nacional Popular de Educação exerceu um protagonismo *sui generis* para construção do debate nacional envolvendo inúmeras entidades e representantes da educação, com a efetivação das conferências municipais e conferências estaduais de educação retirando propostas e diretrizes à conferência em âmbito nacional. Desse modo, dá continuidade as lutas travadas ao longo do século XX, em defesa da democracia, do desenvolvimento social e da educação pública laica e gratuita para todos.

Palavras-Chave:

CONAPE, Ensino Público, Resistência, Austeridade.

Referências Bibliográficas:

FNPE. **Documento Base Plano de Lutas. Conferência Nacional Popular de Educação**, 2018. Disponível em Data de acesso 13/08/2018.

FNPE. Documento Final. **Conferência Nacional Popular de Educação**, 2022. Disponível em Data de Acesso 15/08/2022.

HOLZ, H. H., KOFLER, L., ABENDROTH, W. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARINHO, A. J. M. C. MENEZES, J. S. S. **A desconstituição do FNE e da III CONAE no (con)texto do Governo Michel Temer**. Anais da ANPED Sudeste, 2020.

MÉSZÁROS, István. Das crises cíclicas à crise estrutural. In: **Para além do capital**. São Paulo/Campinas: Boitempo Editorial/Editora da Unicamp, 2002.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; SÜSSEKING, Maria Luísa. Tsunami Conservador e Resistência: A CONAPE em defesa da educação pública. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84868, 2019.